

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DEZEMBRO(31/12/2020)

Orçamento Programa - Exercício de 2020



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g-h)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	280.176.360,00	324.110.624,31	293.988.494,02	293.899.986,08	285.741.604,52	30.122.133,29
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	176.156.450,00	225.620.522,00	211.391.577,18	211.374.989,39	207.556.792,07	14.228.442,61
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	104.017.910,00	98.488.102,31	82.596.916,84	82.524.996,69	78.184.812,45	15.891.113,67
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	47.219.000,00	20.443.235,00	13.702.179,92	13.247.235,92	13.245.471,52	6.741.555,98
INVESTIMENTOS	41.218.500,00	14.442.735,00	7.836.154,80	7.381.210,80	7.379.446,40	6.606.889,20
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6.000.500,00	6.000.500,00	5.866.025,12	5.866.025,12	5.866.025,12	134.474,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(X)	22.720.252,00	19.550.252,00	0,00	0,00	0,00	19.550.252,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IV+X)	350.115.612,00	364.104.111,31	307.690.673,94	307.147.222,00	298.987.076,04	56.413.337,77
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)=(XI+XII)	350.115.612,00	364.104.111,31	307.690.673,94	307.147.222,00	298.987.076,04	56.413.337,77
SUPERÁVIT (XIV)			44.560.318,01			
TOTAL (XV)=(XIII + XIV)	350.115.612,00	364.104.111,31	352.250.991,95	307.147.222,00	298.987.076,04	56.413.337,77
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	1.590.222,70	987.083,90	978.606,76	0,00	611.635,84
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	1.589.022,70	987.083,90	978.606,76	0,00	610.335,84
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	761.376,46	587.331,61	587.331,61	0,00	174.044,85
INVESTIMENTOS	0,00	761.376,46	587.331,61	587.331,61	0,00	174.044,85
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	2.351.599,16	1.574.415,51	1.565.938,37	0,00	785.660,79

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)			
DESPESAS CORRENTES	319.824,33	21.863.245,49	20.779.720,88	8.078,00	1.395.270,94
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	12.119.950,98	11.495.478,32	0,00	624.472,66
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	319.824,33	9.743.294,51	9.284.242,56	8.078,00	770.798,28
DESPESAS DE CAPITAL	250.650,00	3.604.786,76	3.191.071,76	0,00	664.365,00
INVESTIMENTOS	250.650,00	3.604.786,76	3.191.071,76	0,00	664.365,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	570.474,33	25.468.032,25	23.970.792,64	8.078,00	2.059.635,94

MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE – ESTADO DE PERNAMBUCO

INFORMAÇÕES GERAIS:

Município de Camaragibe. CNPJ: **08.260.663/0001-57**

Av. Dr. Belmino Correia, 3038 – Timbi – Camaragibe (PE) – CEP: 54.768-000

O Município de Camaragibe concebida quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. A população estimada pelo IBGE (2020) é de 158.899 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 4,0 e Coeficiente Reserva na proporção de 1,440922%. Durante o exercício de 2020 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 806/2019 de 09 de Dezembro de 2019 (LOA 2020). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

Dados do Gestor:

Nome: Nadegi Alves de Queiroz – Cargo: Prefeito. Período de Gestão: 01/01/2020 a 31/12/2020

Dados dos Contadores responsáveis pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:

Nome: **Julierme Barbosa Xavier**. CRC-PE nº 17.454. E-mail: julierme@gmail.com (Contratado para reprocessamento DCASP) e Responsabilidade Técnica da Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial no Exercício de 2020.

Nome: **Cíntia Sarine Correia de Lima**. CRC- PE nº022135/O-8, E-mail: cintiasarine@gmail.com, Contadora Geral Prefeitura Municipal de Camaragibe. Período 01/09/2020 a 31/12/2020.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal 4.320/64, portaria conjunta STN/SOF Nº 02 de 22 de dezembro de 2016 e Portaria nº 877 de 18 de dezembro de 2018, que aprova o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6 como igualmente pela Portaria STN n.º 548/2015 com a implementação dos procedimentos patrimoniais, com a integralização total dos procedimentos aos demonstrativos contábeis.



Consolidação das demonstrações contábeis abrangendo:

Os poderes (Executivo e Legislativo).

Encontram-se Consolidados as seguintes entidades: Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Instituto de Previdência Municipal (RPPS), FUNDECA – Fundo dos Direitos da Criança do Adolescente e Fundação de Cultura, Turismo e Esportes.

Resumo das políticas contábeis significativas:

O Balanço Patrimonial apresenta quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do Ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias em curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (realizável em longo prazo: créditos em longo prazo, investimentos temporários em longo prazo, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, imobilizado e depreciação) No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar de curto, empréstimo e financiamento em curto prazo, fornecedores a conta a apagar em curto prazo, obrigações fiscais em curto prazo, demais obrigações em curto prazo) e Passivo não Circulante o (obrigações trabalhista, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimo, empréstimo e financiamento em longo prazo, fornecedores e contas a apagar a longo prazo, obrigações fiscais em longo prazo, provisões em longo prazo, demais obrigações em longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta a conta mínima de resultados Acumulados. No quadro são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciadas em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais de ativos e os passivos. O balanço mostra também as contas com o superávit/déficit acumulados e ajustes de exercícios anteriores. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Bases de mensuração utilizadas:

Os Ativos e Passivos resultantes da execução orçamentária do exercício 2020 foram mensurados inicialmente a custo histórico com determina a Resolução 1.137/2008. No plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura).



Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

1. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis:

1.1 Ativo Circulante

O saldo do Ativo Circulante deixado em 31/12/2020 soma R\$ 347.721.801,97, aumentando em R\$ 53.193.898,64, em relação ao exercício de 2019 que foi de R\$ 294.528.188,72.

1.1.1 Caixa e equivalente de caixa

A soma do caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2020, R\$16.323.286,75.

Caixa	R\$20,04
Conta Única	R\$16.323.266,71
Total	R\$16.323.286,75

1.1.2 Créditos Tributários a Receber

Foram registrados e apropriados os valores correspondentes a Dívida Ativa Tributária Previdenciária no Ativo Circulante no valor de R\$37.696.654,85 (Trinta e sete milhões, seiscentos e noventa e seis mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos) proveniente de Créditos Previdenciários apropriados pelo RPPS Municipal. Os créditos provenientes de valores da Dívida Ativa Municipal foram apropriados no Longo Prazo, como igualmente os valores das respectivas Perdas Estimadas.

1.1.3 Demais créditos e valores a curto prazo

Foram registrados Créditos a Receber de Curto prazo proveniente de reembolso de créditos previdenciários, no valor de R\$92.874,13 (Noventa e dois mil, oitocentos e setenta e quatro reais e treze centavos).



1.1.4 Estoques

Não há registro.

1.1.5 Investimentos e Aplicações Temporários a Curto Prazo

Foram registrados R\$293.608.986,24 (Duzentos e noventa e três milhões, seiscentos e oito mil, novecentos e oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos), provenientes de aplicações financeiras.

1.2 Ativo Não Circulante

1.2.1 Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende o valor indicado para a Dívida Ativa Tributária, com exigibilidade superior a 12 meses, cujo o valor é de R\$ 239.769.047,42 (Duzentos e trinta e nove milhões, setecentos e sessenta e nove mil, quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos). Ainda assim, classificados a título de Ajuste de Perdas de Créditos de Longo prazo na proporção de 10% da Dívida Inscrita no valor de R\$78.650.735,05 (Setenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta mil, setecentos e trinta e cinco reais e cinco centavos) cumprindo determinação do MCASP.

1.2.2 Investimento

Não há registro.

1.2.3 Imobilizado

Imobilizado aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e controle desses bens. O valor do imobilizado ao final do exercício de 2019 totalizou R\$79.870.865,86 (Setenta e nove milhões, oitocentos e setenta mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e oitenta e seis centavos). No exercício de 2020 chegou ao montante de R\$86.533.285,10 (Oitenta e seis milhões, quinhentos e trinta e três mil, duzentos e oitenta e cinco reais e dez centavos) sendo, já deduzidos os valores da Depreciação Acumulada e Amortização, uma vez que não foram apropriados em exercícios anteriores:



Descrição	2020	2019
Bens Móveis	35.299.282,88	32.862.637,29
Bens Imóveis	60.403.674,76	54.882.517,94
Total	95.702.957,64	87.745.155,23

No decurso do exercício de 2020 foram efetuadas as incorporações sintéticas ao patrimônio municipal nas contas Bens Móveis (aumento de R\$ 2.436.645,59 em relação ao ano de 2019) e Imóveis (aumento de R\$5.521.156,82 em relação ao ano de 2019), enquanto que as notas fiscais e documentos decorrentes das aquisições também instruíram o cadastramento. Historicamente nas contas Bens Imóveis, registrado o valor global dos imóveis desmembrado. É relevante informar que no plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura). Tem indicador permanente.

1.2.4 Depreciação

Os valores da depreciação acumulada (bens móveis) e ainda de Amortização Acumulada (bens imóveis) foram obtidos com a mesma metodologia do ano anterior, Método Linear, em 2020 com a seguinte característica:

Ajuste Patrimonial	2020	2019
Depreciação Acumulada – Bens Imóveis	R\$299.316,59	R\$241.009,91
Depreciação Acumulada – Bens Móveis	R\$8.010.851,19	R\$7.322.911,00
Amortização Acumulada – Bens Imóveis	R\$859.504,76	R\$310.368,46

1.3 Passivo Circulante

O valor total do Passivo Circulante totalizou em 2020 o valor de R\$ 14.341.341,30 (Quatorze milhões, trezentos e quarenta e um mil, trezentos e quarenta e um reais e trinta centavos), havendo equivalência com relação ao exercício anterior de R\$36.022.609,56 (Trinta e seis milhões, vinte e dois mil, seiscentos e nove reais e cinquenta e seis centavos), se baseando em grande relevância pelo pagamento de Restos a Pagar com atributo “F”.



1.3.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

São as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais empregados ou servidores tenham direito; aposentadoria reforma pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo estão compreendidos nesse grupo Pessoal a Pagar e Encargos sociais a Pagar em 2020 no valor de R\$4.470.587,36 (Quatro milhões, quatrocentos e setenta mil, quinhentos e oitenta e sete reais e trinta e seis centavos).

1.3.2 Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo

Não há registros relevantes.

1.3.3 Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais A Curto Prazo:

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços em 2020 no valor de R\$ 5.744.059,46 (Cinco milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, cinquenta e nove reais e quarenta e seis centavos). Tem contas com atributos “F” e “P”

1.3.4 Demais Obrigações à Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento em até doze meses, inclusive consignações, depósitos não judiciais e consórcio a pagar dessas obrigações, sendo o valor em 2020 de R\$3.962.837,57 (Três milhões, novecentos e sessenta e dois mil, oitocentos e trinta e sete reais e cinquenta e sete centavos). Houve um aumento com relação ao exercício anterior no valor de R\$ 666.964,05 (seiscentos e sessenta e seis mil, novecentos e sessenta e quatro reais e cinco centavos).

1.4 Passivo Não Circulante

1.4.1 Obrigações Trabalhistas, previdenciárias e Assistenciais:

Foram devidamente registradas e retificadas as informações constantes nos balanços anteriores do montante do Passivo Previdenciário na importância de R\$3.432.705,54 constantes no Relatório da RFB com data base em 31/12/2020 com Termos de Parcelamentos retidos naquela unidade fazendária e Relação de Débitos cadastrados no CDP – Cadastro da Dívida Pública e disponíveis no E-CAC. Salientamos que embora houvesse solicitação, a Receita Federal procedeu por e-mail orientação para extrair as informações no próprio portal da Receita ao qual regularizamos os lançamentos.



Ainda assim, foram registrados o montante de R\$42.072.330,96 (Quarenta e dois milhões, setenta e dois mil, trezentos e trinta reais e noventa e seis centavos) dos créditos previdenciários junto a RPPS proveniente de parcelamentos vigentes junto aquela Autarquia Previdenciária.

1.4.2 – Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo:

O DRAA – Demonstrativo do Resultado Atuarial – Ano Base 2020, foram apresentados Memória de Cálculo específica designada no Plano Proposto que segue abaixo Balanço Atuarial do Plano Previdenciário – Plano de Custeio Proposto:

Data-Base: 31/12/2020

Plano Previdenciário – Provisões de Benefícios Concedidos	R\$256.456.623,44
Plano Previdenciário – Provisões de Benefícios a Conceder	R\$417.555.589,09
Plano Previdenciário – Plano de Amortização	-R\$344.006.553,09
Provisão Atuariais para ajustes do Plano Previdenciário	R\$5.675.474,83
Provisões Matemáticas a Longo Prazo	R\$335.681.334,27

Dessa forma, as provisões matemáticas a Longo Prazo representou o valor de R\$335.681.334,27 (Trezentos e trinta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e um mil, trezentos e trinta e quatro reais e vinte e sete centavos).

1.5 Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. O saldo patrimonial do exercício de 2019 foi de R\$ 241.119.135,22 (Duzentos e quarenta e um milhões, cento e dezenove mil, centos e trinta e cinco reais e vinte e dois centavos) e em 2020 totalizou em R\$ 388.457.532,59 (Trezentos e oitenta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e trinta e dois reais e cinquenta e nove centavos) (compõe o PL: superávits ou déficits do exercício e dos exercícios anteriores, e a conta de ajustes de exercícios anteriores). Houve uma variação aumentativa indicando um PL para 2020 de R\$47.338.397,37 (Quarenta e sete milhões, trezentos e trinta e oito mil, trezentos e noventa e sete reais e trinta e sete centavos).



1.6 Outras Informações relevantes:

1.6.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais reconhecidos.

Não houve registro e execução de passivos contingentes.

1.6.2 Divulgações não financeiras:

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

1.6.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

1.6.4 Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

Não houve ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.



NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO

<p align="center">MCASP– 8ª Edição</p>	<p>O Balanço Orçamentário foi publicado com o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias em quadros complementares seguindo o modelo do Balanço Orçamentário aprovado pela STN, evidenciando:</p> <p>a) Para as receitas:</p> <p>b) Previsão Inicial: R\$350.115.616,00 (Trezentos e cinquenta milhões, cento e quinze mil, seiscentos e dezesseis reais);</p> <p>c) Previsão Atualizada: R\$350.115.216,00 (Trezentos e cinquenta milhões, cento e quinze mil, seiscentos e dezesseis reais);</p> <p>d) Receita Realizada: R\$352.250.991,95 (Trezentos e cinquenta e dois milhões, duzentos e cinquenta mil, novecentos e noventa e um reais e noventa e cinco centavos);</p> <p>e) Saldo: R\$2.135.379,95 (Dois milhões, cento e trinta e cinco mil, trezentos e setenta e nove reais e noventa e cinco centavos).</p> <p>b) Para as despesas:</p> <p>a) Dotação Inicial: R\$350.115.616,00 (Trezentos e cinquenta milhões, cento e quinze mil, seiscentos e dezesseis reais);</p> <p>b) Dotação Atualizada: R\$364.104.111,31 (Trezentos e sessenta e quatro milhões, cento e quatro mil, cento e onze reais e trinta e um centavos);</p> <p>c) Despesa Empenhada: R\$307.690.673,94 (Trezentos e sete milhões, seiscentos e noventa mil, seiscentos e setenta e três reais e noventa e quatro centavos);</p> <p>d) Despesa Liquidada: R\$307.147.222,00 (Trezentos e sete milhões, cento e quarenta e sete mil, duzentos e vinte e dois reais);</p> <p>e) Despesa Paga: 298.987.076,04 (Duzentos e noventa e oito milhões, novecentos e oitenta e e sete mil, setenta e seis reais e quatro centavos)</p> <p>f) Saldo da Dotação: 56.413.437,37 (Cinquenta e seis milhões, quatrocentos e treze mil, quatrocentos e trinta e sete reais e trinta e sete centavos)</p>
<p align="center">MCASP–8ª Edição</p>	<p>Detalhamento das despesas executadas por tipo de crédito (inicial, suplementar, especial e extraordinário) em quadro complementar, correspondente ao Anexo XVII desta resolução:</p>



		<p>Foram procedidas suplementações autorizadas pela Lei Municipal n.º 806/2019 de 09/12/2019 LOA até o limite de 40%, representando a importância de R\$140.046.244,80 (Cento e quarenta milhões, quarenta e seis mil, duzentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos). Foram executados a importância de 87.350.850,97 (Oitenta e sete milhões, trezentos e cinquenta mil, oitocentos e cinquenta reais e noventa e sete centavos), representando um percentual de 24,95%.</p> <p>Total Geral: 87.350.850,97 - 24,949 % Limite Definido : 40,00 %</p> <p>Ainda assim, há uma expressa autorização do art. 8 do mesmo diploma legal que estipula abaixo:</p> <p style="text-align: center;">Art. 8º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder, mediante decreto, à abertura de créditos adicionais, utilizando-se dos recursos previstos no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, observadas as seguintes condições:</p> <p style="text-align: center;">I - para abertura de Créditos Suplementares, à conta de recursos provenientes de anulação parcial ou total de dotações, em até 40% (quarenta por cento) da despesa fixada, para suprir insuficiência de dotações;</p>
MCASP– 8ª Edição		<p>A utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário.</p> <p>Não foram recursos de superávit financeiro para abertura de créditos especiais e ou extraordinários.</p>
MCASP– 8ª Edição		<p>As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data publicação da LOA, que compõem a coluna previsão inicial da receita orçamentária.</p> <p>Não foram procedidas atualizações monetárias, haja vista, ausência de previsão legal.</p>
MCASP– 8ª Edição		<p>Procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente.</p>



		No Município de Camaragibe, adotamos o critério pela manutenção do controle de restos a pagar não processados liquidados separadamente para fins de melhor evidenciação do resultado orçamentário e conseqüentemente do resultado patrimonial da seguinte forma: RPNP (Restos a Pagar Não Processados) na importância de R\$785.660,79 (Setecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e sessenta reais e setenta e nove centavos) e de RPP e RPP em Liquidação na importância de R\$2.059.635,94 (Dois milhões, cinquenta e nove mil, seiscentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos).
MCASP– 8ª Edição		Detalhamento de recursos de exercícios anteriores utilizados para financiar despesas orçamentária do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada. Sem registros.
MCASP– 8ª Edição		O superávit ou déficit orçamentário decorrente do RPPS – caso o ente possua o Regime Próprio de Previdência Social. Foram registrados superávit orçamentário no RPPS Municipal, conforme Notas Explicativas do RPPS.

